



Greve na Ufam expõe projetos e interesses em disputa

Pública ou Privada? Coletivo ou Individual? Centro ou Periferia? Passados 117 dias de greve na Ufam, a segunda maior paralisação da história da categoria dos professores da instituição (em 2012 foram 125 dias), o movimento docente apresenta neste número especial reportagens, imagens e análises sobre os assuntos que ficaram em evidência ao longo do

período de paralisação, marcado por uma conjuntura nacional de cortes de recursos e de retirada de direitos. À pauta de reivindicação com os cinco itens que levaram os docentes federais a deflagrar o movimento paredista se somaram outros pontos não menos importantes na defesa da universidade pública e gratuita pela qual luta a ADUA desde sua criação.



PROTAGONISMO

Quase “impedidos” de votar, docentes de fora da sede fortalecem a luta

Com o direito de exercer o voto atacado por um pequeno grupo de professores de Manaus que, contrários à greve, enxergavam o cômputo dos votos dos docentes lotados nas unidades acadêmicas de fora da sede como uma ameaça em potencial aos interesses individuais por ele defendidos, os docentes dos *campi* da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) de Benjamin Constant, Parintins, Humaitá, Coari e Itacoatiara deram um exemplo de fortalecimento da luta por uma universidade pública, gratuita e socialmente referenciada. Ao longo dos 117 dias de greve, os 131 professores que nos cinco municípios deliberaram pela deflagração do movimento paredista demonstraram a força política que as unidades acadêmicas de fora da sede têm. Como protagonistas e não “docentes de segunda classe”, os professores dos demais *campi*, num ritmo incansável de trabalho, mantiveram sua representatividade com o desenvolvimento de atividades de greve voltadas a debater e expor para a comunidade acadêmica e toda a população o triste cenário de precarização vivenciado pela educação pública brasileira, inclusive o atual estágio de deterioração das condições de ensino na Ufam.

O debate sobre o andamento da greve e as dificuldades que o movimento paredista enfrentou contra a intransigência do governo federal realizado, no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), unidade acadêmica de Humaitá, em 22 de setembro, é apenas um exemplo dos eventos promovidos pelos Comandos Locais de Greve (CLGs) das unidades de fora da sede ao longo da greve de ocupação.

Com um público de mais de 70 pessoas, entre docentes e discentes, o debate, além de reafirmar a pauta de reivindicações da categoria, incluiu a discussão contra os cortes na educação, contra os projetos de lei que retiram direitos, a favor de melhoria nas condições de trabalho e de ensino e, ainda, pela campanha unificada dos Servidores Públicos Federais (SPFs). O evento destacou mediante a avaliação dos presentes a importância da reposição de 2015/1 ocorrer somente após o fim da greve, assim como o início da tramitação das disciplinas do segundo semestre após a reposição integral dos conteúdos.

O ritmo intenso de atividades na unidade acadêmica pôde ser notado ainda pela consciência



“
Ao longo dos 117 dias de greve, os 131 professores que deliberaram pela deflagração do movimento paredista nos cinco municípios demonstraram a força política que as unidades de fora da sede têm”

dos docentes e discentes sobre a necessidade de intensificação da mobilização e impossibilidade de encerramento da greve, mediante a negativa do governo em negociar e ainda intensificar o ataque aos direitos dos trabalhadores.

Através de uma análise quantitativa foi possível constatar, no decorrer da greve, o protagonismo nos municípios. Foram mais de 60 panfletagens, debates, mesas-redondas, exibições de filmes e visitas a salas de aula realizadas pelos professores nas cinco unidades acadêmicas.

No Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), em Parintins, o Comando de Greve intensificou a distribuição de panfletos com a pauta da paralisação durante o Festival Folclórico realizado no mês de junho, em ações realizadas nos semáforos da Avenida Amazonas, assim como no Mercado Municipal e no porto da cidade.

Já no mês de julho, a comunidade acadêmica de Parintins realizou uma mesa-redonda

para discutir a “Educação Pública e a greve como instrumento de luta” que contou com a participação da professora Arminda Mourão, da Faced/Ufam; do professor Ronaldo Rosas, da Faculdade Federal Fluminense; do professor Antônio Rodrigues Belon, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; e do professor Rafael Bellan, do ICSEZ/Ufam.

No Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET), em Itacoatiara, reuniões, formação de comissões, exibição de filmes sobre o movimento sindical e debates voltados às demandas locais do movimento paredista de ocupação deram o tom da mobilização. Diálogos com os alunos, realização de atos públicos, panfletagens, atividades socioculturais com vídeos e café da manhã ocorreram, ininterruptamente, no município, desde a deflagração da greve, em junho.

No Instituto de Natureza e Cultura (INC), no município de Benjamin Constant, não foi diferente. Responsável por 27 votos favoráveis à greve, apenas três dias após a deflagração os professores já visitavam as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio para expor à comunidade as reivindicações do movimento. Reuniões e debates sobre assuntos locais e nacionais e discussões sobre o calendário de atividades foram mantidos em ritmo intenso.

Em Coari, no Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), além das reuniões fixas realizadas às segundas-feiras, manifestações, passeatas e discussões sobre a precarização do ensino na universidade pública fortaleceram a mobilização da categoria.

TRINCHEIRA

Atuação da ADUA marca defesa intransigente da Autonomia

A Autonomia Universitária da Ufam vem sofrendo duros golpes, aplicados não apenas por agentes alheios à instituição, mas, inclusive, por quem deveria defendê-la. Em menos de dois anos, tentativas de acentuar o caráter produtivista-mercantilista da educação na instituição, de fazer calar o Conselho Universitário (Consuni), de impedir o livre debate e de colocar os direitos individuais acima dos coletivos geraram certo desgaste ao princípio basilar de que trata o artigo 207 da Constituição Federal: a Autonomia Universitária.

O estrago só não foi maior por conta da atuação vigorosa da ADUA, com apoio de outros movimentos sociais, em particular dos técnico-administrativos e dos estudantes, que se aliaram, durante as ações do Comando Local Unificado de Greve (CLUG), na trincheira da defesa da Universidade Pública.

“Jamais devemos admitir a submissão da universidade à dominação dos poderes político-econômicos e à lógica produtivista que concebe a universidade, o ensino e o saber como mercadorias”, diz trecho de memorial lido pelo presidente da ADUA, professor José Alcimar de Oliveira, na primeira reunião do Consuni após a deflagração do movimento paredista.

A propósito, nessa reunião extraordinária, no dia 3 de julho, convocada pela Reitoria, os Conselheiros foram impedidos, pela primeira vez na história na Ufam, de deliberar sobre a suspensão do calendário acadêmico da instituição por força de liminar expedida pela 3ª Vara do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A ADUA, em defesa da Autonomia Universitária, requereu a suspensão da reunião, em virtude da perda de objeto de deliberação e teve pedido acatado pelo Conselho.

Poucos dias depois, integrantes do CLUG realizaram um “apitajo” em defesa da Autonomia, com caminhada passando por unidades acadêmicas do Setor Norte até chegar ao prédio da Reitoria, onde o movimento fez uma cobrança pública ao vice-reitor, Hedinaldo Lima, sobre as medidas judiciais em defesa da instituição.

A ADUA e o CLUG já davam mostras que não iriam desistir da defesa intransigente da Autonomia Universitária e, tampouco, abrir mão desse princípio. A seção sindical interpôs Agravo de Instrumento, com intuito de suspender a liminar. “Medidas externas não podem



violar quaisquer dos nossos direitos, inclusive o de discutir plenamente os interesses da universidade”, afirmou o 1º vice-presidente da ADUA, professor Lino João de Oliveira Neves.

Acolhendo o agravo de instrumento, o desembargador federal Néviton Guedes, do TRF da 1ª Região, cassou no dia 31 de julho de 2015 a liminar que impedia o Consuni de deliberar sobre a suspensão do calendário acadêmico, “por não vislumbrar na decisão recorrida fundamento que justifique, nem de longe, temor que a Administração venha a praticar ato ilegal”.

Contudo, mais uma vez em detrimento da Autonomia Universitária, a Reitoria desconsiderou o despacho do desembargador Néviton Guedes, e, escudada no autoritarismo da liminar então cassada, permaneceu silenciada. A Administração Superior só voltou a convocar o Consuni dois meses mais tarde, infringindo o próprio regimento da Ufam, segundo o qual o Conselho deve se reunir, ordinariamente, uma vez por mês. Não bastasse o desrespeito à norma, a pauta da reunião convocada era meramente administrativa, como se a instituição vivesse momento de plena normalidade.

Mais uma vez a ADUA, diante de sua capacidade crítica e de seu histórico em defesa da universidade, conseguiu aprovar, por unanimidade, a inclusão de ponto de pauta sobre o impasse do calendário acadêmico na Ufam. “Seria uma grave omissão se este grupo se negasse a discutir sobre o assunto”, argumentou perante os Conselheiros o presidente da seção sindical.

Após mais de seis horas de debate, o Conselho acatou a proposta da ADUA de poster-

gar o início do período letivo 2015/2. O Consuni aprovou a criação de uma comissão composta por docentes, técnico-administrativos e discente para construir uma alternativa sobre o impasse do calendário acadêmico, em virtude do anúncio do início das aulas do segundo semestre antes do fim da greve.

A ADUA e o CLG fizeram então análise crítica da proposta de calendário acadêmico divulgada pela PROEG,

discordando radicalmente do encaminhamento dado pela Reitoria de autorizar o início de 2015/2 em 15 de setembro, antes de que houvesse sido realizada a reposição das aulas não ministradas em virtude da greve. Na avaliação acertada do Comando, as medidas apresentadas pela instituição acabariam por prejudicar os alunos, o que mais tarde se confirmou.

Ataques mais recentes à Autonomia Universitária

* Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Federais, de autoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) – 31/01/2014

* Uso inapropriado de recomendação do Ministério Público Federal (MPF) por parte da Reitoria no site da instituição, para cancelar seu posicionamento institucional contra a greve dos docentes – 30/06/2015

* Decisão favorável ao mandado de segurança impetrado pelo DCE, pelos CAS de Direito e de Medicina e pelos docentes Adriano Fernandes e Cícero Augusto Mota, impedindo o Consuni de suspender o calendário acadêmico – 01/07/2015

* Sentença ratificando a liminar e impedindo o Consuni de tratar de assunto de interesse da universidade – 30/07/2015

COMANDO UNIFICADO

Luta conjunta revela força do m

A greve dos docentes da Ufam chegou ao fim no dia 16 de outubro com um saldo positivo de atividades conjuntas de ocupação. Foram mais de cem dias de muita mobilização para mostrar à comunidade acadêmica e à população que a precariedade das condições de ensino dentro da instituição já impedia o acesso dos estudantes a uma educação de qualidade antes mesmo da deflagração da greve.

Atos unificados, feiras culturais, apitão, debates e denúncias foram realizados pelo movimento ao longo de toda a mobilização, apesar das tentativas de golpe orquestradas por uma minoria de professores contrária ao movimento.

Deflagrada no dia 15 de junho, a greve docente na Ufam começou com um “arrastão” pelas unidades acadêmicas realizado no dia 18 de junho, com o objetivo de fortalecer o movimento paredista, como a primeira grande mobilização da categoria, desde a realização da Assembleia Geral (AG) que culminou na greve. Com a participação de mais de 50 pessoas, entre docentes e alunos, a atividade promoveu o diálogo durante as visitas às salas de aula do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Faculdade de Estudos Sociais (FES) e Faculdade de Educação (Faced). Durante a ação, o Comando Local de Greve (CLG) constatou, por meio de relatos dos discentes, que muitos estudantes estavam sendo obrigados a comparecer às aulas mediante ameaças de reprovação por falta.

As ações conjuntas não pararam por aí. No dia 23 de junho, os professores protagonizaram, no Bosque da Resistência, um grande ato com a participação de técnico-administrativos e estudantes para cobrar a efetiva negociação do Ministério da Educação (MEC) com as categorias. Chamado pela comunidade acadêmica de “Dia de Mobilização pela Abertura de Negociações com MEC/SESu”, o ato ocorreu horas antes da reunião agendada pela Secretaria de Educação Superior com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), em Brasília (DF). No encontro foram discutidas as reivindicações dos docentes federais, em greve nacional iniciada no dia 28 de maio.

Uma semana depois, no dia 30 de junho, um novo ato organizado no *Campus* Universitário de Manaus marcou o descontentamento das categorias em greve com as respostas dadas pelo governo federal à pauta de reivindicação dos trabalhadores. Na ocasião, o MEC frustrou as expectativas da categoria ao não abrir um processo de negociação efetiva frente à pauta apresentada pelos docentes. Cinco dias antes

da realização do novo ato, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em encontro com representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fórum dos SPF), havia apresentado proposta de reajuste salarial aquém do reivindicado pelos SPFs – 21,3% parcelado anualmente de 2016 a 2019 –, mas não quis tratar das demais pautas.

Enquanto amargava respostas negativas em âmbito nacional, localmente o movimento paredista não mediu esforços para manter a agenda em defesa da universidade, colocando em evidência as questões locais e recusando-se a concordar com as iniciativas de cerceamento da liberdade de expressão e de crítica na universidade, como quiseram fazer valer alguns dos opositores da greve. O cancelamento de reunião extraordinária do Consuni, convocada pela Reitoria para deliberar sobre a suspensão do calendário acadêmico, no dia 3 de julho, em virtude de decisão judicial, por exemplo, instigou o Comando Unificado a fortalecer a luta e colocar em destaque no cronograma de ações realizadas no mês de julho a defesa intransigente da Autonomia Universitária (confira na página 3).

Prova disso é que a Administração Superior foi alvo de questionamento público por

parte do Comando Local Unificado de Greve (CLUG), no dia 8 de julho, acerca das medidas judiciais que seriam adotadas pela instituição para garantir a Autonomia Universitária. Receptivo, o vice-reitor da Ufam, Hedinaldo Lima, afirmou que a procuradoria já havia sido acionada para saber quais procedimentos poderiam ser tomadas e que, assim que a Administração Superior tivesse uma definição dos próximos passos, a ADUA seria informada - o que nunca ocorreu.

Preocupado com a não defesa da Autonomia Universitária e o descumprimento de atribuições relativas à Administração Superior, o CLUG, em mais uma reafirmação da luta, protocolizou junto ao MPF no dia 28 de agosto uma série de denúncias contra a reitora Márcia Perales, relativas ao não impedimento por parte da Reitoria de atos de repressão moral ou psicológica contra alunos e docentes que aderiram à greve e à pressão sofrida por coordenadores de curso e chefes de departamento para disponibilizarem disciplinas para o segundo semestre letivo.

Mais um ato em defesa do caráter público da educação foi protagonizado por docentes, técnico-administrativos e estudantes, no dia 24 de setembro, quando dezenas de



movimento

As pessoas estiveram presentes no Bosque da Resistência, distribuindo panfletos e exibindo cartazes alertando sobre a situação de abandono sofrida pela Casa do Estudante, com obras interrompidas em 2013.

Seguindo a movimentação nacional contra os cortes anunciados pelo governo federal no dia 14 de setembro, o Dia Nacional de Paralisação dos Servidores Públicos Federais ficou marcado como mais um ato unificado em defesa de melhores condições de permanência na instituição. Os participantes do ato público seguiram em carreta até às novas instalações da Casa do Estudante, na rua Astro Barroso, no Coroado. A obra apresenta sinais flagrantes de abandono. Além disso, o local se transformou em ponto de consumo de drogas – fósforos e latas usadas para consumo de crack estão espalhadas em alguns aposentos. O encerramento da atividade se deu com uma visita à fábrica de medicamentos da Ufam, construída no início da década passada e que nunca funcionou.

Somente após ser pressionada, a Reitoria informou à comunidade acadêmica, sem contudo convencer das razões, o motivo da não conclusão da Casa do Estudante, orçada em R\$ 2,2 milhões e que deveria ter sido entregue em agosto de 2013.



Acampamento estudantil: resistência à política de desmonte da Ufam

Engajados na luta conjunta por uma Universidade Pública, gratuita e socialmente referenciada, os discentes mais uma vez afirmaram o importante papel que desempenham na busca por uma educação de qualidade. Com participação efetiva desde a AG dos docentes que deflagrou a greve, um grupo de estudantes da Ufam, de forma corajosa, acampou do dia 31 de agosto a 25 de setembro no hall da Reitoria para protestar contra o anúncio do início do segundo semestre para o dia 8 de setembro.

Barracas, colchões infláveis e cartazes foram utilizados pelos estudantes para chamar a atenção da Administração Superior para a importância da adoção de um calendário unificado.

Um dos discentes acampado, Aldair Marialva, do 3º período do curso de Filosofia criticou a falta de diálogo imposta pela Reitoria. “Há categorias em greve na Ufam, porém o calendário acadêmico não foi suspenso e há uma decisão judicial que proíbe a suspensão do calendário. Foi uma decisão ruim e causou prejuízo para os estudantes. Fizemos várias reuni-

“

Nós representamos uma voz dos estudantes que serão prejudicados com esse novo calendário e nós nunca fomos ouvidos por ninguém, afirma estudante Karen Alves

”

ões abertas e debates para expor nossos objetivos, mas não houve o diálogo com a Reitoria. Não vimos outra solução a não ser ocupar para poder atender nossas demandas”, afirmou.

Aluna do 10º período do curso de Engenharia de Pesca, Karen Alves destacou que o manifesto dos alunos teve o objetivo de dar voz a uma parcela dos discentes que não foi ouvida pela universidade. “Nós representamos uma voz dos estudantes que serão prejudicados com esse novo calendário, e nós nunca fomos ouvidos por ninguém”, afirmou.



FEIRAS E DEBATES

Série de eventos expõe o caráter educativo da greve

Ao contrário do que considera o senso comum, a greve possui papel não apenas reivindicatório, mas se caracteriza como uma oportunidade plena de potencial educativo. Foi esse pensamento que norteou a série de atividades promovida pelo CLG dos docentes da Ufam ao longo do período que se estendeu entre junho e outubro deste ano, enquanto durou o movimento paredista.

No dia 22 de julho, o debate “A Cobertura da Imprensa sobre as Greves” reuniu, no auditório da ADUA, os jornalistas Valmir Lima (diretor de redação do portal Amazonas Atual), Cinthia Guimarães (repórter de A Crítica) e Andrés Pascal (assessor de comunicação da Suframa), em uma análise crítica sobre o noticiário local em relação à greve da categoria e às lutas sociais em geral. O debate também contou com a presença do presidente do Sindicato dos Jornalistas do Amazonas, Wilson Reis, e do professor do curso de Comunicação Social da Ufam, Tom Zé Vale, 1º vice-presidente do Regional Norte 1 do ANDES-SN.

A repercussão de uma paralisação – como a greve dos docentes federais – na vida social, econômica e política no Brasil e o tipo de cobertura feito pela mídia sobre esse processo foram algumas das questões abordadas durante o debate. Para o movimento paredista, a presença da imprensa tem sido fundamental na cobertura das atividades de greve, vez que é, principalmente, por meio dela que a sociedade toma conhecimento da luta em defesa da Educação.

A carreira docente e a nova resolução de progressão e promoção na Ufam também foram temas de debate promovido pelo CLG no dia 30 de julho. A discussão teve o objetivo de apresentar aos professores as mudanças previstas na Resolução 5/2015 da Ufam e promover a discussão sobre até que ponto a legislação atende aos anseios da categoria. A explanação a respeito do assunto foi feita pelo professor Cláudio Milliotti, membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

Mantendo posição crítica a respeito de assuntos que dizem respeito à universidade, o CLG promoveu, no dia 18 de agosto, na sede da seção sindical, encontro com o Pró-Reitor de Ensino e Graduação, Lucídio Rocha. Na ocasião, Rocha informou que 54%



das disciplinas ministradas na universidade não tiveram as respectivas notas lançadas no sistema até aquele momento. Em consonância com o movimento grevista, o Pró-Reitor defendeu a integralidade da reposição das aulas de forma não condensada.

A informação veio reforçar o argumento de que haveria inclusive “problemas de espaço físico no caso de coexistirem dois, três ou mais calendários acadêmicos”, como ressaltou, na ocasião, o presidente da ADUA, José Alcimar de Oliveira.

Mas, não só de enfrentamento dos problemas viveu o movimento paredista. A música e

a descontração deram o tom no “Sambaqui”, evento que reuniu professores, alunos e demais membros da comunidade universitária na sede da ADUA. A iniciativa dá nome ao coletivo de músicos formado com o objetivo de promover a educação musical na universidade e a valorização do samba de roda.

Outro evento marcante da greve foram as três edições da feira ‘Ajuri da Autonomia’, por meio da qual estudantes

e professores tiveram a oportunidade de estreitar o contato e divulgar sua produção cultural à toda a comunidade acadêmica. Além de acervo bibliográfico, a feira reuniu roupas, acessórios, bijuterias, CD’s e DVD’s, todos vendidos a preço simbólico.

Na opinião do 2º vice-presidente da ADUA, Aldair Oliveira de Andrade, a série de eventos promovida pelo sindicato comprovou o caráter democrático e educativo da greve. “Nossas ações foram pautadas pela transparência na luta por uma educação de qualidade, em defesa de um dos nossos maiores patrimônios”, destacou Oliveira.

ENTREVISTA**“Greves são momentos singulares da vida das instituições”**

Na ausência de respostas concretas às reivindicações dos trabalhadores, a greve se apresenta como um movimento legítimo de luta. Tal perspectiva, ainda que encontre resistência por parte da população, ganha novos desdobramentos

na análise do sociólogo Marcelo Seráfico. Em entrevista ao *Jornal da ADUA*, ele chama atenção para alguns aspectos que baseiam a deflagração do movimento paredista, como o papel das instituições e os problemas comuns que atingem as diferentes categorias.

Por isso, a união dos trabalhadores surge como uma demanda urgente nesta época de crise econômica e institucional. Temas como a judicialização da greve na Ufam também foram abordados na entrevista, cujos principais trechos podem ser conferidos abaixo.

Muitas pessoas costumam avaliar a greve do ponto de vista dos prejuízos que elas acarretam ao público que depende dos serviços oferecidos pelas instituições. É possível identificar a origem desse tipo de pensamento?

Em primeiro lugar, é preciso compreender os critérios usados para se avaliar prejuízos. Em segundo lugar, e associado a isso, cabe indagar sobre como as instituições públicas prestam serviços. Só assim é possível avaliar a pertinência ou não de uma greve, sua justeza ou não, assim como seus eventuais ganhos ou prejuízos. Greves são momentos singulares da vida das instituições, sejam elas públicas ou privadas. Sua deflagração se dá em contextos muito determinados que envolvem questões de ordem política e econômica, fundamentalmente. Evidentemente, as avaliações que enfatizam os prejuízos estão atentas para o acontecimento da greve, para seus efeitos imediatos, quando não, para questões individuais.

Quais as consequências do crescimento desse movimento contrário à reivindicação dos direitos e às lutas de uma categoria?

Não sei se, de fato, existe um movimento contrário e muito menos se, em existindo, está crescendo. Aliás, é bom que se faça uma distinção. Pode-se dizer que havia na Ufam, pelo menos dois grupos de professores que olhavam para a greve com restrições. Primeiro, aqueles que participaram da assembleia em que se decidiu pela deflagração do movimento e, apesar de terem votado contra, aderiram por reconhecer a legitimidade da assembleia geral e, portanto, uma decisão democraticamente tomada. Segundo, havia

o grupo dos que, tendo sido voto vencido, optaram por furar o movimento, opor-se de modo vil a ele e judicializar uma questão de ordem político-sindical. Imagino, porém, haver interesses, compromissos e motivações difíceis de serem ditos em público. O que só confirma que a política dentro da universidade assume, cada dia mais, a mesmissima forma que fora dela.

Há outra forma de atuação/reivindicação em que seja possível conquistar direitos e aliados às causas defendidas?

Sim. A militância não começa com a greve. Aliás, esta é um ponto de culminância ao qual normalmente não se quer chegar. Porém, dada a enorme negativa do governo de dialogar com os trabalhadores, inversamente proporcional a seu cuidado com setores do grande capital vinculado ao agronegócio e às finanças, fomos, nos últimos cinco anos, quase que impelidos à greve. Mas a militância também teve outros momentos como a série de reuniões realizadas ou tentadas com os ministros, as passeatas, as mobilizações virtuais e reais. A conquista de novos aliados depende de algo que já se iniciou, mas que precisa ser aprofundado: a radicalização da articulação com outras categorias de trabalhadores.

Quais as diferenças entre a greve dos docentes deste ano e a anterior, por exemplo, tanto no que diz respeito tanto aos avanços quanto às ações das categorias envolvidas?

Na Ufam, talvez a principal diferença tenha sido em relação à conduta dos professores em relação ao movimento grevista. Em 2012 também houve os que se opuseram à

deflagração, mas em sua ampla maioria também estes respeitaram as instâncias democráticas de decisão e aderiram à paralisação. Em 2015, além de desrespeitarem a decisão, furando a greve, alguns empenharam-se numa campanha de desqualificação do sindicato, da ADUA. Há, evidentemente, muito de oportunismo nessa conduta.

Na paralisação dos docentes federais deste ano observou-se a judicialização do movimento grevista em algumas universidades. Quais as consequências desse fenômeno para o movimento docente e para a Autonomia Universitária?

No Amazonas a consequência imediata foi o silenciamento do Con-suni. Um fato da maior gravidade, pois significou impedir que a universidade decidisse sobre assunto de sua exclusiva responsabilidade: o calendário acadêmico. A Administração Superior não foi capaz de argumentar contrariamente ao pleito daqueles professores e centros acadêmicos. Protelou uma resposta. Certo é que o movimento sindical se defronta, não apenas na universidade, com um desafio da maior importância que é o de lutar pela conquista de direitos trabalhistas e pela manutenção e ampliação dos espaços públicos que asseguram o processo democrático. Isso não é pouco.

A entrevista pode ser conferida na íntegra na página da ADUA.

Professor:
Marcelo
Seráfico

Formação:
Doutor em
Sociologia pela
Universidade
Federal pelo
Rio Grande do
Sul



AVALIAÇÃO DO CLG

Carta do Comando Local de Greve

Representados pela ADUA, os docentes da Ufam que construíram uma greve de 117 dias, apresentam nesta carta os motivos que levaram a categoria à deflagração do movimento paredista, a análise de conjuntura do contexto em que se deu a paralisação e ainda as circunstâncias que levaram à saída unificada da greve nacional.

Deflagrada em Assembleia Geral realizada no dia 09 de junho de 2015, a greve na Ufam deve ser entendida como resposta ao processo de extrema precarização das condições de trabalho e desvalorização da carreira docente, inclusive com forte defasagem salarial, observado não apenas no Amazonas, mas em todo o país. Um cenário de precarização que, já agravado pela expansão desordenada e irresponsável da rede federal do ensino promovida pelo governo nos últimos anos, evidenciado, por exemplo, nas inúmeras obras inacabadas, na falta crônica de professores e na restrição de financiamentos institucionais, foi agudizado pelo anúncio, mais uma vez irresponsável, de cortes no orçamento destinado à Educação, medidas restritivas que comprometem o futuro das

Universidades Públicas em todo o país.

A pauta de reivindicações apresentada pelo Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN ao governo reafirmou as reivindicações históricas da categoria: defesa do caráter público das instituições federais de ensino; melhoria nas condições de trabalho; garantia de Autonomia Universitária; reestruturação da carreira; valorização salarial e paridade entre ativos e aposentados.

Os docentes da Ufam, mobilizados com docentes de outras 50 Instituições Federais de Ensino, estiveram unidos na luta em defesa do caráter público da educação, se contrapondo e denunciando o projeto de privatização e mercantilização do ensino superior no país.

Como em outras greves, foi marcante, no contexto nacional, a intransigência do governo federal, seja através do Ministério da Educação, seja através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que sistematicamente se negaram à negociação com a categoria. Somente após marchas, manifestações e ocupações dos ministérios, o governo se dispôs a receber o CNG do ANDES-SN.

Se no contexto nacional a resposta mais concreta veio na truculência e desrespeito da forte repressão policial, inclusive com spray de pimenta e cassetadas, no contexto local a resposta foi dada por parte daqueles que, contrapondo-se à greve, procuraram desqualificar a ADUA como legítima representante do movimento docente e desacreditar o movimento estudantil livre. No contexto local, as oposições à greve foram, inegavelmente, estimuladas pela Administração Superior, seja pela defesa débil da própria Ufam, agredida em sua Autonomia Universitária, seja por permitir que interesses individuais se sobrepusessem aos interesses institucionais coletivos, produzindo o caos institucional decorrente da simultaneidade de dois calendários acadêmicos (2015/1 e 2015/2).

No contexto nacional ficou claro que as



reivindicações do movimento docente se contrapõem ao projeto privatista de educação defendido pelo governo, baseado na transferência de recursos públicos para o ensino privado, na adoção de parceria público-privada como forma de financiamento das IFE e na execução de cortes no orçamento

**GREVE
NACIONAL
DOS DOCENTES
FEDERAIS 2015**

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

Greve à comunidade acadêmica



117

dias foi o tempo que durou a greve dos docentes da Ufam, considerada a 2ª maior paralisação da história da categoria na instituição. O movimento paredista teve início no dia 15 de junho e foi encerrado no dia 16 de outubro de 2015.

Pauta de reivindicações dos docentes federais

1 Defesa do caráter público das instituições federais de ensino;

2 Melhoria nas condições de trabalho;

3 Garantia de Autonomia Universitária;

4 Reestruturação da carreira;

5 Valorização salarial e paridade entre ativos e aposentados.

ca do capital privado, orientada por concepções privatistas, postas a serviço da competitividade produtivista e excludente, que atende aos interesses de indivíduos que se opuseram à greve, amparados por práticas antidemocráticas adotadas pela Administração Superior.

Os duros e sucessivos ataques perpetrados pelos últimos governos contra os serviços públicos e os direitos sociais e trabalhistas tendem a se intensificar. Ao mesmo tempo em que o governo cortou, em 2015, mais de 12 bilhões de reais da educação pública, manteve e ampliou o repasse de vultosos recursos públicos para as empresas educacionais privadas. A arrogância com que o governo tratou a greve dos servidores públicos federais, e particularmente dos docentes federais, mostra o seu descaso com os serviços públicos, especialmente com as IFE. É evidente que o governo seguirá implementando uma política econômica contra os interesses da classe trabalhadora. Nesse contexto, a greve nacional dos docentes de 2015 foi um importante instrumento para expor e impedir o avanço da destruição de um dos maiores patrimônios da sociedade brasileira – as Instituições Federais de Ensino –, enquanto a greve na Ufam demonstrou a necessidade urgente de defendermos, todos juntos, a continuidade de uma Universidade Pública, socialmente referenciada e, especialmente, livre, sem que esteja submetida a imposições externas, capaz de, no exercício de sua Autonomia Universitária resgatada, voltar a orientar os seus destinos a partir de um efetivo compromisso social com os interesses e anseios da população amazonense.

É nesse contexto de intransigência e negação ao diálogo democrático que a não assinatura de acordo sob as condições impostas pelo governo federal, que não atende minimamente as reivindicações do movimento docente, impõe como urgente a permanente mobilização em defesa da Universidade Pública.

Por isso, a ADUA reafirma o seu propósito de seguir firme na defesa de bandeiras históricas, conclamando a todas e todos a se incorporarem a essa luta que não é só dos docentes da Ufam, mas de todos aqueles que desejam um país mais justo e igualitário e uma educação pública, gratuita e de qualidade para toda a população.

da educação pública.

No contexto local da Ufam, a greve explicitou a existência de dois projetos antagônicos de Universidade: uma Universidade Pública, mantida sob a responsabilidade do Estado, defendido pelo movimento docente; e uma outra universidade, gerida sob a lógi-

ARTIGO

Necrofagia política ou autonomia sindical para a ADUA ?

Isaac W. Lewis *

Em 1983, num documento endereçado ao Governo do Estado do Amazonas, os professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio reivindicaram melhores condições de trabalho e de salários. O propósito do documento foi mostrar que a política educacional criada pela Ditadura Militar (1964-1982) precisava ser reformulada e, também, os entulhos autoritários criados pela referida Ditadura precisavam ser removidos.

E para justificar as reivindicações para a valorização do magistério profissional do Amazonas que implicaria a melhoria das condições de ensino nas escolas, o Documento da Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM), em 1983, apontou as precariedades e as condições desfavoráveis para o exercício das atividades de ensino-aprendizagem de boa qualidade nas escolas do estado do Amazonas na época.

Em nome do conjunto dos professores, o Documento reivindicou: 1. Mais recursos para criar condições apropriadas para oferta de educação de qualidade no Amazonas, que respeitasse os valores culturais do povo amazonense; 2. Participação dos professores nos processos de decisão na área educacional do estado, permitindo a liberdade de reuniões e de discussões dos professores em suas escolas; 3. Salários justos para que os professores pudessem se dedicar qualitativamente às suas atividades educacionais.

O Documento justificou a demanda de salários justos, analisando a política econômica dos governos militares que propiciou condições favoráveis ao crescimento de grandes empresas, a organização da economia nacional, segundo os interesses de grandes empresas estrangeiras, a contração de empréstimos para construção de obras gigantescas, enquanto os trabalhadores eram penalizados com arrocho de seus salários. O Documento Reivindicatório não considerava justo que os trabalhadores pagassem a conta pela crise que assolava o país naquele momento e que não pudessem contar com educação de qualidade para que as crianças e os jovens pudessem se preparar para o trabalho e para a vida.

Na ocasião, o Movimento dos Professores entendia que seu sindicato não deveria estar atrela-

do a governos, a patrões, a partidos políticos ou a denominações religiosas e deveria manter sua autonomia, independência, para garantir a luta pelos direitos políticos e profissionais de todos os professores do estado do Amazonas. Entretanto os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que apoiava o governo estadual, entendiam diferentemente. Atuavam no movimento sindical e estudantil com a intenção de atrelar sindicatos e movimentos estudantis a seus interesses político-eleitorais. Na década de 1980, os militantes e os políticos do PCdoB apoiaram as perseguições do governo estadual a professores e professoras em todo o estado do Amazonas.

Apesar disso, o Movimento dos Professores obteve retumbante vitória em 1983, pois o governo estadual suspendeu as perseguições, permitindo que vários professores retornassem às suas escolas originais, concordou em conceder aumento de salários e comprometeu-se a atender vários itens da pauta de reivindicações da APPAM. Infelizmente, após a vitória do Movimento, a categoria dos professores se retraiu. Os militantes do PCdoB passaram a controlar o destino do movimento, atrelando-o aos interesses de políticos desse partido e, desde então, as condições de trabalho e salariais dos docentes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do estado do Amazonas foram desconsideradas por vários governos estaduais e municipais, com o apoio dos militantes e políticos do PCdoB.

Um sindicato, guiado pela necrofagia política, só prospera com a precarização e o sucateamento das condições de trabalho de seus sindicalizados. Por isso, os militantes do PCdoB investem contra a tradição de luta e resistência da ADUA, tentando confundir os incautos com falsas concepções de “periferia”, “democracia” e “tirania”. Pena que não tenham colocado uma faixa sobre sua ideologia favorita: a necrofagia.

Estranhemos que uma militante do PCdoB se refira à ADUA como periférica. Não é capaz, essa militante, de perceber que somos todos periféricos – o Brasil, os brasileiros, os países da América Latina, os países da África, as instituições desses países, incluindo seus partidos políticos, em especial, os partidos comunistas que adotam teorias e práticas abandonadas há muito nos países centrais. Somos todos periféricos, mas há uma diferença entre os periféricos que adquirem consciência crítica e se recusam a

aceitar os princípios e os valores impostos pelos países centrais e procuram construir princípios e valores condizentes com as tradições culturais de seus povos, como foi o caso do Movimento Docente da APPAM e os periféricos que aceitam os postulados políticos e culturais impostos pelas instituições das classes privilegiadas dos países centrais, como foi o caso dos partidos políticos (PT e PCdoB) que aceitaram as determinações políticas e econômicas impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

Estranhemos ainda que os militantes fura-greves falem em “democracia”, quando, na prática política, adotam atitudes autoritárias. Estranhemos também que os militantes se refiram à “tirania” dos diretores da ADUA. No dia 9 de junho de 2015, a reunião do Consuni para deliberar sobre a greve dos professores foi suspensa, não tendo havido nenhuma deliberação. Até aqui a ADUA informou corretamente que a referida reunião foi suspensa. Enquanto isso, os militantes do PCdoB colocaram faixas no *Campus*, informando que o Consuni não aprovara a greve dos professores. Mais uma vez, os militantes do PCdoB tiranicamente expressaram-se indevidamente em nome da Ufam e em nome da luta e da resistência dos professores organizados legalmente em seu sindicato.

Por isso, percebemos a importância da autonomia política do sindicato para encaminhar democraticamente a luta de seus associados, pois a APPAM constituiu-se num movimento sindical forte que garantiu, na década de 1980, várias conquistas para o magistério e para a educação amazonense. A ADUA constitui um sindicato que continua e continuará a luta e a resistência dos professores em favor de uma Universidade Pública, de qualidade referenciada e voltada para atender os reais princípios e valores de uma sociedade amazonense e brasileira digna e independente, pois a ADUA continuará desatrelada dos interesses dos patrões, governos, partidos políticos e denominações religiosas, tendo como finalidade única a defesa dos interesses e os direitos de todos os professores da Ufam.

O artigo pode ser conferido na íntegra na página da ADUA.

Isaac W. Lewis é professor aposentado da Faced/Ufam e ex-presidente da ADUA.

SAIU NA MÍDIA

Ao longo dos 117 de greve na Ufam, a imprensa local apresentou uma extensa abordagem das ações do movimento paredista – aproximadamente 150 matérias impressas. As assembleias unificadas e os atos ocorridos no Bosque da Resistência, na entrada do Campus Universitário de Manaus, foram algumas ações que evidenciaram o caráter de ocupação da greve. Por meio dessas abordagens, tanto no corpo a corpo quanto no âmbito jornalístico, a população teve a oportunidade de conhecer as reivindicações do movimento docente em defesa da Universidade Pública e de qualidade.

Destaca-se, ainda, a atuação de professores que, vinculados ou não às redações locais, publicaram artigos que buscavam chamar atenção para aspectos importantes da paralisação, como a quebra da autonomia dentro da universidade. São análises que representam um importante avanço na superação do senso comum e, dessa forma, oferecem uma visão aprofundada dos problemas que docentes, técnicos e estudantes enfrentam no cotidiano na instituição.

C2 Dia a dia

Comando de greve da Ufam cobra autonomia

Cobrança teve apoio de alunos e técnicos administrativos, que exigem reunião do Consuni para avaliar calendário acadêmico

GERSON FREITAS

Com o grito "A nossa luta é todo dia, em defesa da autonomia", docentes, técnicos administrativos e acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) saíram ontem, pelos blocos do campus universitário, localizado no bairro Coroado, Zona Centro-Sul, para reforçar o pedido de suspensão do calendário acadêmico.

Quem, que terminou em frente à sede da reitoria da Ufam, contou com aproximadamente 80 pessoas que solicitaram uma reunião com a reitora Márcia Perales, para discutir uma intervenção no lemar que impede a suspensão das atividades acadêmicas.

O Comando Local Unificado de Greve (CLUG) explicou que, devido à deflagração da greve no último dia 15, a Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (Adua) solicitou uma reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consuni) para deliberar a suspensão do calendário acadêmico e a realização das atividades do dia 3 de julho. Porém, no dia da reunião, o Consuni foi informado de que estava impedido de deliberar a pauta, por força de liminar da justiça federal.

De acordo com o professor Marcelo Wagner, o manifesto teve como objetivo apoiar a reitoria, na retomada da autonomia para a adoção de certas decisões sem interferências de terceiros. "Somos a favor da greve e da autonomia universitária. Queremos que a reitoria tome a decisão de paralisar o calendário acadêmico, sem que outros poderes interfiram nesse assunto. Estamos lutando pelo fortalecimento da nossa paralisação que ainda está sem data para terminar. Queremos a garantia dos nossos direitos", salientou.

O Clug destacou que a liminar que paralisou o Consuni representa uma ameaça à liberdade e à independência que caracterizam a vida universitária.

"As atos devem ser vigorosamente repudiados para garantir a democracia interna e a liberdade nas nossas instâncias deliberativas. Sob ameaça de punição por força de liminar, os nossos representantes foram impedidos de votar livremente", finalizou.



Manifestantes foram até a reitoria da instituição exigindo que a reitora Márcia Perales convoque a reunião extraordinária do Consuni

Servidores e professores da Ufam realizam ato público

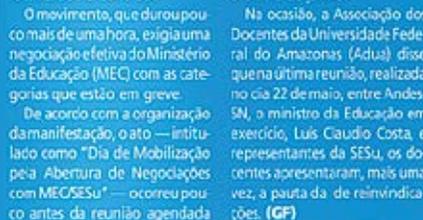
MANIFESTO Ao menos 60 pessoas, entre docentes, técnicos administrativos e acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) participaram de um ato público realizado na manhã de ontem (23), no Bosque da Resistência, na entrada do campus, localizado na Zona Sul.

O movimento, que durou pouco mais de uma hora, exigiu uma negociação efetiva do Ministério da Educação (MEC) com as categorias que estão em greve.

De acordo com a organização da manifestação, o ato — intitulado como "Dia de Mobilização pela Abertura de Negociações com MEC/SEU" — ocorreu pouco antes da reunião agendada

pelo Secretário de Educação Superior com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (AnDES-SN), em Brasília, onde seriam discutidas as reivindicações dos docentes federais em greve nacional desde 28 de maio e na Ufam desde o dia 15 de junho.

Na ocasião, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua) disse que na última reunião, realizada no dia 22 de maio, em Andaraí-PA, o ministro da Educação em exercício, Luís Claudio Costa, e representantes da SEU, os docentes apresentaram, mais uma vez, a pauta da reivindicação. (GF)



Aconteceu na manhã de ontem

Grevistas denunciam reitoria da Ufam no MP

Professores, técnicos-administrativos e alunos realizaram manifestação e protocolaram denúncia

ATO PÚBLICO

Reitoria critica

Atos simbólicos

Um grupo de docentes da Ufam realizou um ato simbólico desta sexta-feira (23), em frente à sede do Ministério Público Federal (MPF), em Manaus, contra a gestão da reitora Márcia Perales. Os docentes demandaram a obrigação do MPF.

Como parte do ato, os professores levaram balões brancos, que foram soltos ao final do protesto. Eles também queimaram manchetes para reafirmar suas reivindicações na instituição. Há dois meses os professores da Ufam estão em greve e os alunos estão suspensos desde então.

Entre as reivindicações dos manifestantes estão a liminar judicial que impede o Conselho Universitário de deliberar sobre a suspensão do calendário acadêmico durante a greve e a suspensão da transferência de alunos para o ensino presencial sob o argumento de que os cursos não foram devidamente avaliados pelo Conselho Universitário.

Outras demandas incluem a suspensão de atividades de professores não suspensos, a suspensão de atividades de professores não suspensos, a suspensão de atividades de professores não suspensos, a suspensão de atividades de professores não suspensos.



Grevistas ocupam a reitoria da Ufam em ato de protesto

Força contra as ações intimidatórias

Na avaliação do presidente da Adua, José Aldo Soares de Oliveira, a atuação da reitoria em frente ao Conselho Local Unificado de Greve (CLUG) contra os atos de solidariedade em relação à greve, deflagração de manifestações legais e ilegais. "A gestão de agora, a Reitoria não é capaz de se manifestar em relação à greve de autonomia universitária e o Conselho Local Unificado de Greve", afirmou.

No início de julho, o Tribunal Regional Federal (TRF) concedeu liminar em mandado de segurança que impedia o Conselho de deliberar sobre o calendário acadêmico.

A manifestação reuniu ainda integrantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Superior de Amazonas (Sintrea) e membros da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua). Também participaram representantes do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (AnDES-SN) e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Superior de Amazonas (Sintrea).

"No início da greve, houve um acordo com a reitoria. Esse acordo não foi cumprido e isso nos obrigou a tomar medidas mais drásticas", afirmou o presidente da Adua, José Aldo Soares de Oliveira.

"A primeira vez, desde o início da greve, tivemos a oportunidade de nos reunir com a reitoria e ela não nos recebeu", afirmou o presidente da Adua, José Aldo Soares de Oliveira.

Autonomia reafirmada

A greve dos docentes da Universidade Federal do Amazonas começou ontem, no mês de junho. Enquanto os servidores públicos não foram exceção das atividades, a Adua conseguiu levar sua voz à Reitora Márcia Perales. Ela, representante do Conselho Universitário (Consuni), recebeu representantes do movimento em seu escritório no Bosque da Resistência, na Zona Sul de Manaus.

Na reunião, os docentes apresentaram suas reivindicações e a reitoria prometeu uma reunião com o Conselho Universitário para discutir a suspensão do calendário acadêmico durante a greve.

Os docentes também apresentaram suas reivindicações e a reitoria prometeu uma reunião com o Conselho Universitário para discutir a suspensão do calendário acadêmico durante a greve.

reivindicação, presente há as perspectivas de resoluções mais graves problemas com que se lida a reitoria pública, no Brasil.

Uma das principais reivindicações dos docentes é a suspensão das atividades acadêmicas por alguns docentes, mesmo após a manifestação pública e a suspensão de atividades de professores não suspensos.

Outra reivindicação é a suspensão de atividades de professores não suspensos, a suspensão de atividades de professores não suspensos, a suspensão de atividades de professores não suspensos.

proteção ao Instituto da Moral, não do mais responsável. A proteção a ser adotada com relação a esse assunto (a greve, não) é a defesa do ensino, não a defesa do ensino, não a defesa do ensino.

Uma das principais reivindicações dos docentes é a suspensão das atividades acadêmicas por alguns docentes, mesmo após a manifestação pública e a suspensão de atividades de professores não suspensos.

Outra reivindicação é a suspensão de atividades de professores não suspensos, a suspensão de atividades de professores não suspensos, a suspensão de atividades de professores não suspensos.

UFAM Greve completa cem dias hoje

A greve dos professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) completa amanhã (25) cem dias de paralisação. O encontro será às 15h.

Amanhã (25), Dia Nacional de Paralisação dos Servidores Públicos Federais, os docentes fazem manifestação no Bosque da Resistência, na entrada do Campus, no bairro Coroado, Zona Sul, pedindo a reabertura das negociações. Na ocasião ocorrerão atividades combinadas de radicalização nos Estados de manifestação em movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o movimento dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (SOS-Compel), com o objetivo de ampliar a pressão junto ao governo contra os ataques aos trabalhadores.

Na quinta-feira, docentes participam de ato unificado que visa denunciar o desmonte das universidades públicas federais.



Manifestação com balões brancos e queima de manchetes em frente ao Ministério Público Federal.

RESPONSABILIZAÇÃO

Omissões da Reitoria instalaram o caos na universidade

Avaliar o caos acadêmico vivenciado na Ufam, nos últimos meses, demanda uma análise profunda e apurada da postura omissa adotada pela Administração Superior da instituição. Alvo de liminar impedindo que o Consuni deliberasse sobre a suspensão do calendário, a Reitoria, através da Procuradoria Federal, foi incapaz de alegar inexistir fundamento jurídico que caracterizasse a discussão do tema como um ato ilegal, ainda que reconhecendo que a eventual suspensão das aulas poderia vir a ser imprescindível para preservar a qualidade dos cursos, a assiduidade dos estudantes e a segurança jurídica da comunidade acadêmica.

Mesmo não sendo parte da ação, a ADUA, em contraposição, conseguiu cassar, em segunda instância, a liminar mediante o Agravo de Instrumento nº 0038258-89.2015.4.01.0000 impetrado pela assessoria jurídica da seção sindical, pouco mais de um mês após o deferimento do mandado de segurança, o que colocou em xeque, mais uma vez, o empenho da Reitoria em defender o direito da Ufam de deliberar sobre assuntos internos.

Segundo o desembargador federal Néviton Guedes, do TRF da 1ª Região, que cassou a liminar, apesar da magistrada que concedeu a antecipação de tutela se referir à existência de “perigo da demora” e de “fumaça do bom direito”, que no mandado de segurança significa a ilegalidade do ato da Administração, a juíza “jamais indicou qualquer fato ou fundamento jurídico que certificariam que a Universidade, ao deliberar sobre a suspensão do calendário acadêmico, tomaria uma decisão ilegal”.

A não defesa da Autonomia Universitária pela Administração Superior é o marco inicial dos inúmeros e sucessivos atos de omissão praticados pela Reitoria, nos mais de cem dias de duração da greve docente e mais de 130 dias de paralisação dos técnico-administrativos da Ufam. Mesmo a cassação da liminar tendo ocorrido no dia 4 de agosto deste ano, o Consuni foi convocado somente um mês depois pela Administração Superior para discutir o tema e ainda assim, com o objetivo de dar início, durante a reunião realizada no dia 3 de setembro,



a mais um duro golpe contra a autonomia. Em filmagem registrada pela própria instituição, a reitora Márcia Perales afirma em cinco diferentes momentos da reunião que a reposição das aulas de 2015/1 deveria ocorrer somente após a finalização da greve e que o início de 2015/2 fosse feito de forma conjunta. Proposta aprovada pela maioria dos conselheiros e depois descumprida pela Reitoria ao autorizar o início do segundo semestre no dia 15 de setembro, antes de que 2015/1 fosse finalizado.

“O que é melhor para a Ufam é que a gente tenha a possibilidade de iniciar o segundo semestre, mas ele não pode ser em algum dia. É preciso ter uma prospecção. E isso só vai ser possível com a finalização da greve”, afirma Perales, num trecho do vídeo disponível no canal da seção sindical, no Youtube.

Em outro momento, a reitora reforça a proposta e alega sentir prazer ao sugerir a reposição e o início do 2015/2 de forma unificada. “A minha grande preocupação é que nós possamos sair daqui com o entendimento de que depois desse prazo que nós estamos dando, teremos como apresentar à comunidade uma projeção para a nossa vida acadêmica. No dia 14, a gente já tem como apresentar completamente o que eu estou chamando de planejamento de reposição para encaminhar para a comunidade toda. E para que a gente possa e, eu falo isso com todo o prazer do mundo, fazer a reposição e todos juntos em seguida iniciarmos o segundo semestre de 2015”, afirma Perales.

Nem mesmo o resultado dos trabalhos

realizados pela Comissão criada para construir uma proposta relativa ao calendário foi respeitada. Apoiados pela Reitoria, os professores proponentes do mandado de segurança e seus apoiadores, focados claramente na defesa de interesses individuais, insistiram em dar início imediato ao 2015/2, desconsiderando todos os prejuízos e impactos na vida acadêmica dos estudantes e se negando ao diálogo, acirrando ainda mais o divisionismo interno.

A postura intransigente da Reitoria em relação ao início do segundo semestre letivo já vinha sendo desenhada desde meados de agosto, quando a Administração Superior, divulgou na página da Ufam um conjunto de orientações sobre o calendário acadêmico e o início do segundo semestre letivo, marcado para o dia 8 de setembro, apesar de advertida pelo CLUG sobre o caos pedagógico e administrativo que o início do segundo semestre, antes da reposição das aulas do 2015/1 provocaria.

Segundo a “Nota Pública sobre o Impasse do Calendário Acadêmico” publicada pelo CLG, no dia 20 de agosto deste ano, “A insistência da Reitoria da Ufam de iniciar o 2015/2, no dia 08 de setembro, ignorando outras possibilidades de ajustes internos que não passem exclusivamente pela suspensão do Calendário”, levava o CLG a vislumbrar “consequências danosas para a vida acadêmica da Ufam e que afetarão, de modo indiscutível, a vida dos alunos, professores e técnicos da Ufam, sobretudo no caso de sobreporem atividades de reposição com as do novo semestre letivo”, afirma a nota.

NEGOCIAÇÕES

Sem diálogo, sem acordo

Os docentes das IFE que construíram esta greve nacional de 139 dias – a maior da história da categoria – encerraram o movimento paredista sem assinar o acordo proposto pelo governo. Não faltam razões para o posicionamento adotado pela ampla maioria das seções sindicais da base do ANDES-SN.

Na avaliação dos CLGs e do CNG o acordo proposto pelo governo Dilma não responde nem de longe à pauta específica da greve dos docentes federais (ver na página 9), cujas reivindicações são tomadas como parte da construção e manutenção de uma universidade pública de qualidade e socialmente referenciada.

Ao longo de mais de quatro meses de greve o governo se recusou a discutir os itens da pauta e não se dispôs a estabelecer qualquer diálogo. Prova disso é que pela primeira vez na história os docentes federais, após inúmeras tentativas, não foram recebidos pelo Ministro da Educação durante a greve.

Nesse período, o governo tratou a paralisação apenas do ponto de vista eco-

nômico, como se a pauta da categoria estivesse restrita a aumentos salariais ou ainda tivesse esse item como prioritário. Não bastasse o governo, propôs um reajuste incapaz de repor as perdas inflacionárias do período, desconsiderando os prejuízos salariais acumulados.

Inicialmente, os professores federais, acompanhando os demais servidores públicos federais, defenderam um índice de reajuste de 27,3%, como parte do item da reestruturação da carreira. O governo ofereceu 21,3%, entretanto parcelado em quatro anos, a contar de janeiro de 2016 e com encerramento previsto para janeiro 2019, quando nem mesmo a presidente Dilma estaria mais governando o país. O executivo federal propôs ainda a correção de alguns benefícios, entre eles o de assistência à saúde, alimentação e auxílio-creche.

Os docentes negaram a proposta do governo, mas flexibilizaram baixando o índice para 19,7%, a ser pago em janeiro de 2016. O governo então apresenta contraproposta com índice de 10,8%, a ser pago em dois anos, no mês de janeiro; e piora ainda mais apresentando

proposta de reajuste de 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017.

Não obstante, anúncios como a retirada do abono-permanência, a suspensão de concursos e, como forma de ataque à universidade pública, a cobrança por cursos não-regulars (extensão, especialização e mestrado profissional) corriam por fora no “pacote” anunciado pelo governo e que explicam bem a atual conjuntura.

No entendimento do CLG/ADUA, a não assinatura do acordo também tem uma dimensão política. A aceitação da proposta significaria legitimar o arrocho imposto pelo governo, politicamente impossibilitando os servidores de manifestar qualquer insatisfação ou indignação, nos próximos anos, com a atuação do governo federal de desmonte da rede de ensino público.

Para a ADUA e o ANDES-SN, com a saída unificada da greve, o próximo passo é partir para um novo patamar de luta, caracterizado pela continuidade da busca por uma negociação com o governo federal e manutenção da mobilização da categoria.

SEM SUCESSO

Estratégias para minar a greve não vigoram

“Democracia é quando eu mando em você. Ditadura é quando você manda em mim”. A expressão cunhada pelo humorista Millôr Fernandes, carregada de ironia, é uma boa definição do pensamento individualista que tomou conta de inexpressiva parcela de professores no conjunto de docentes contrários ao movimento grevista na Ufam durante a greve.

Até o encerramento da paralisação, a greve não havia sido questionada na Justiça. Mas, não foram poucas as ações – e mentiras! – de alguns “fura-greve”, apoiadas pela Reitoria, para minar a paralisação da categoria, numa desesperada tentativa de sobrepor os interesses individuais aos coletivos, desrespeitando uma decisão tomada legitimamente em Assembleia Geral dos professores, realizada nos seis *campi* da Ufam.

A primeira demonstração pública do intento golpista se deu na AG histórica que resultou na deflagração do movimento grevista, quando, inconformados com a decisão da maioria, alguns docentes, com a intenção explícita de tumultuar o processo, deixaram o auditório Eulálio Chaves, onde mais de mil pessoas participavam da instância deliberativa, antes mesmo da categoria definir o caráter da greve e os encaminhamentos necessários para a manutenção do movimento.

“São indivíduos que se arvoram do direito particular contra o coletivo”, criticou o 2º vice-presidente da ADUA, Aldair Andrade, docente de Humaitá, *campi* cuja decisão da categoria, juntamente com as demais unidades acadêmicas de fora da sede, estava sendo negada por parte dos professores da Ufam em Manaus.

Dias mais tarde, alguns desses docentes criaram o pseudo-movimento autointitulado “Estamos em Aula na Ufam” e entregaram à reitora um “abaixo assinado de docentes que não reconhecem a deflagração da greve e pugnam pela não suspensão do calendário”, supostamente contendo 454 assinaturas, como vinha sendo afirmado e reafirmado pela gestora da instituição. Mas, a farsa não durou muito tem-

po. Análise do CLG deu conta de que 28% dessas assinaturas estavam repetidas ao longo do documento, 7% estavam ilegíveis e outros 3% não puderam ser identificados no Portal da Transparência do Governo Federal. Descontadas essas irregularidades, o Comando constatou que o “abaixo-assinado” é composto de apenas 368 assinaturas, cerca de 20% a menos que as 454 propaladas.

A construção fraudulenta do “abaixo-assinado” é exemplo preciso de prática que não se assemelha em nada aos cuidados tomados pela ADUA, representante legal e legítima dos docentes da Ufam, durante todo o processo. A entidade publicizou na página eletrônica da seção sindical as atas e listas de assinaturas das Assembleias realizadas, sem dubiedades, sem repetições. Assinaturas feitas por livre e espontânea vontade de quem desejasse participar das AGs e tomar parte nas deliberações, diferente dos casos que passaram ao conhecimento do Comando, em que professores estavam sendo coagidos e forçados a assinar o pretenso “abaixo-assinado”.

Nas primeiras semanas de atividades do CLG

Princípios defendidos pelo CLG

- Reposição integral dos 43 dias de aula não ministradas em decorrência da greve;
- Calendário único e integrado para toda a universidade;
- Início das aulas do 2º semestre de 2015 somente após a reposição do 1º semestre letivo;
- Não serão admitidos “quebra de pré-requisito” para as disciplinas de 2015/2, “compressão de tempo” na reposição de aulas ou “superposição de calendários”;
- Nenhum estudante pode ser prejudicado.



também chamou atenção a farsa de “agressão” montada em torno de uma estudante da Faculdade de Estudos Sociais, durante visita de integrantes do movimento grevista às salas de aula para conversa com estudantes e professores. Após ter viralizado nas mídias sociais um *post* contendo imagens sobre o caso, a estudante caiu em descrédito quando rebaixou a suposta “agressão” à uma “reação alérgica”. Como não lembrar do episódio do “ovo” lançado em candidata à Prefeitura de Manaus que a fez despencar nas eleições? O Comando não se deixou intimidar com a presença da imprensa já a postos no local da visita e exigiu a apuração dos fatos, colocando-se à disposição das autoridades.

Descaracterizada a farsa de “agressão”, os contrários à greve partiram para a judicialização (confira na página 3) das ações contra o movimento grevista, num dos ataques mais diretos e nocivos à Autonomia Universitária, contando, inclusive, com uma atuação “débil” da Reitoria na defesa desse princípio constitucional. A máquina só reagiu para colocar em evidência interesses da Administração, inclusive calando as instâncias superiores da instituição, como o Consuni. Sem reunir por mais de dois meses, o



que fere o Regimento da Ufam, o Conselho só reuniu por insistência da ADUA. Na greve anterior da categoria, em 2012, o Consuni deliberou pela suspensão do calendário acadêmico 12 dias após a deflagração do movimento paredista, em uma decisão tomada com 31 votos favoráveis e sete contrários.

Praticamente uma das últimas “cartadas” para minar a greve foi criar, quando o Consuni voltou a reunir, a Comissão de Planejamento das Atividades Acadêmicas, para avaliar a retomada das aulas na Ufam, em virtude do anúncio do início do segundo semestre antes do fim da greve. Gestada para encontrar a melhor alternativa para o ordenamento do ensino na instituição em que docentes e técnico-administrativos ainda estavam paralisados, a Comissão, na avaliação do CLG, foi usada para acentuar o “divisionismo” na universidade.

Como resultado dos trabalhos da Comissão, a Reitoria “autorizou” o início das aulas para alguns cursos, entre eles turmas sem condições de começar de 2015/2. Com a medida, a Administração Superior não só acentuou o caos, mas transferiu para os diretores de unidades acadêmicas, coordenadores de cursos e chefes de departamentos a responsabilidade da

“

São indivíduos que se arvoram do direito particular contra o coletivo, criticou o 2º vice-presidente da ADUA, Aldair Andrade, docente de Humaitá.

”

gestão de uma situação insustentável, traduzida em números pela Comissão em relatório divulgado na página institucional.

De acordo com levantamento feito pelo grupo de trabalho, dos 117 cursos de graduação oferecidos pela instituição, 75 deles (64% do total) não tinham condição alguma de iniciar as aulas do segundo semestre letivo antes da reposição dos dias parados no 1º semestre, por terem sido diretamente atingidos pelo movimento paredista. Essa situação ocorreu em todos os cursos ofertados nos cinco *campi* fora da sede, além das Faculdades de Educação Fí-

sica e Fisioterapia, de Psicologia, de Educação e do Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Manaus.

Nos 42 cursos restantes, diversas situações foram identificadas. Nesse grupo estavam 31 cursos em que poucas disciplinas do primeiro semestre não tiveram notas lançadas e nos quais as aulas do segundo semestre poderiam começar sem maiores transtornos. Nos demais (outros 11 cursos), a situação ainda exigia estudo e planejamento mais detalhado para a retomada das atividades, em virtude de possível coincidência de horários, indisponibilidade dos docentes ou mesmo falta de espaço físico.

Ignorando essa realidade, a Administração Superior publicou no portal da instituição uma lista com cursos cujas aulas poderiam começar no dia 15 de setembro e incluiu na listagem casos que se incluem nesse último grupo, como os cursos de Medicina, Biotecnologia, Artes Visuais e Música, por exemplo, que, conforme apreciação da Comissão, a situação exigiria uma análise mais aprofundada. Ou ainda cursos com situações de reprovações indevidas. Não custa lembrar que o encerramento antecipado do primeiro semestre acumula, até o momento, 13 mil “reprovações indevidas”, assim conceituadas pela própria Comissão. Contrariando os encaminhamentos indicados pela Comissão, a Reitoria desconsiderou tal situação, prejudicando inúmeros estudantes, que sofreram reprovações por não se submeterem à imposição das aulas ministradas durante o período de greve.

Todas essas artimanhas fizeram com que, por um momento, a Ufam deixasse de ser uma universidade e passasse a ser um conjunto de “escolas superiores isoladas”, onde cada parte administra um calendário próprio, mas sem uniformidade. Só o tempo dirá como a instituição vai encontrar soluções para problemas decorrentes da gestão de múltiplos calendários, situação alertada pelo CLG desde o início da paralisação e reforçada a partir do pedido de suspensão do calendário acadêmico pelo Consuni, como ocorreu em todas as greves, a bem do coletivo da universidade.

Em sintonia com sua linha de atuação histórica e crítica, o movimento docente realizou análise quantitativa e qualitativa sobre o calendário acadêmico da Ufam e apresentou, em várias ocasiões, uma proposta de reordenamento das atividades com base em cinco princípios (ver BOX).

Consonante com o CLG, a Comissão mostrou-se desejosa de que a instituição retomasse as atividades acadêmicas “segundo os princípios da organicidade, da sequencialidade e da articulação que norteiam as diretrizes curriculares nacionais”. Contudo, as contribuições do CLG foram sistematicamente desconsideradas tanto por aqueles que se diziam “Estamos em Aula” quanto pela Administração Superior da Ufam.



Assembleia de deflagração da greve (09/06)



Assembleia em Benjamin Constant (15/06)



Ato de início da greve docente (15/06)



"Arrastão" nas unidades acadêmicas (18/06)



Manifestação em Coari (18/06)



Reunião no ICET, em Itacoatiara (18/06)



ADUA defende Autonomia no Consuni (03/07)



AG Unificada no Bosque da Resistência (05/08)



Dança da Greve na AG Unificada (05/08)



Protesto em São Gabriel (13/08)



Entrega de denúncias junto ao MPF (28/08)



Dia Nacional de Mobilização (05/10)



Consuni: reposição aulas (14/10)



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: José Alcimar de Oliveira (Presidente), Lino João de Oliveira Neves (1º Vice-presidente), Aldair Oliveira de Andrade (2º Vice-presidente), Ana Lúcia Gomes (1ª Secretária), Antônio Batista da Silva (2º Secretário), José Humberto Michiles (1º Tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino (2ª Tesoureira).

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), Daniel Amorim (SRTE-AM 584).

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Comando Local de Greve, ANDES-SN e Divulgação.

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa. adua@gmail.com

Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br